

## **Educação especial no município de são paulo: Acompanhamento da trajetória escolar dE alunos NO ENSINO REGULAR**

**PRIETO**, Rosângela Gavioli - FEUSP

**SOUSA**, Sandra Maria Zákia Lian – FEUSP

**SILVA**, Milena Cintra –/ FEUSP

**GT:** Educação Especial /n.15

**Agência Financiadora:** CNPq/PIBIC e FAPESP/IC

### **Introdução**

Tendo como foco de investigação a política de atendimento aos portadores de necessidades especiais na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, instituída pelo Decreto n.º 33.891, de 16 de dezembro de 1993, particularmente a criação e manutenção de Salas de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais (SAPNEs), desenvolveu-se, de 1997 a 2000, um estudo sobre o atendimento aos alunos com deficiência mental, em que foram analisados dados de vinte e duas SAPNEs, correspondendo à totalidade dos agrupamentos de alunos com deficiência mental atendidos àquela ocasião.

Naquela ocasião foram levantadas algumas questões importantes para exploração em futuras pesquisas, das quais foram selecionadas as que envolviam elementos que possibilitem indicar se as SAPNEs vêm se configurando como um recurso potencialmente integrador para alunos com deficiência mental matriculados nas classes comuns da rede regular de ensino do município de São Paulo. No estudo anterior foi observado que

... o atendimento via SAPNE vinha sendo garantido, na prática, até o terceiro ano do ensino fundamental, não se evidenciando como se dava o cumprimento do dever de oferta de ensino fundamental para os alunos que demandassem este auxílio em anos posteriores a este. (SOUSA e PRIETO, 2000).

Ainda, entre as considerações finais, o referido estudo indica que

... as revelações sobre como vem se realizando o atendimento educacional, por meio das SAPNEs, provocaram indagações que vão desde a sua destinação estar sendo, realmente, a alunos

deficientes mentais, até seu potencial de contribuir para a integração, à escola regular, de alunos que, de fato, apresentem deficiência. (SOUSA e PRIETO, 2001, 114).

Ainda que o atendimento educacional de alunos portadores de deficiência mental deva se dar preferencialmente na rede regular de ensino (cf. art. 208, inciso III, CF/88<sup>1</sup>), atender a esse objetivo não é meramente viabilizar seu acesso ao ensino regular. É também garantir sua permanência na escola em que as condições de ensino oferecidas, de fato, respondam às suas necessidades educacionais específicas.

Com tais preocupações, o propósito da presente pesquisa foi analisar eventuais contribuições das SAPNEs para a integração, à escola regular, de alunos com deficiência mental, a partir da caracterização das trajetórias escolares dos alunos que freqüentavam as SAPNEs no segundo semestre de 1997 até 2001. As indagações que orientaram seu desenvolvimento foram: Os alunos daquela época continuavam no ensino regular? Se sim, em que ano se encontravam? Se não, onde estavam em 2001? Estavam sendo atendidos por meio de outro recurso de educação especial? Abandonaram a escola? A freqüência à SAPNE contribuiu para a permanência desses alunos no ensino regular? A freqüência à SAPNE possibilitou a parcela desses alunos autonomia para continuar no ensino regular, sem acompanhamento paralelo? Os alunos apresentaram desempenho satisfatório no decorrer de sua trajetória escolar no ensino regular, tomando-se como referência os conceitos atribuídos pelos professores, nas diferentes disciplinas?

Porém, antes de apresentar os dados que respondam as mencionadas indagações, serão registradas brevemente informações que caracterizam o funcionamento dessas salas de atendimento educacional especializado.

### **Recursos educacionais especiais: alguns dados sobre as SAPNEs**

A Secretaria de Educação do município de São Paulo, a partir de 1993, pelo Decreto n.º 33.891, já mencionado, prevê que o atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser garantido preferencialmente na rede regular de ensino em *Salas de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais* (SAPNEs).

Estas Salas podem funcionar como *atendimento paralelo*, em que o aluno é regularmente matriculado em classe do ensino comum e recebe apoio educacional

complementar ou suplementar em horário diverso, ou *atendimento exclusivo*, freqüentando somente a SAPNE.

Além dessas modalidades, está prevista no referido Decreto a possibilidade de atendimento, também exclusivo, mas em instituições especializadas, aos alunos cuja avaliação comprove que não possam se beneficiar da SAPNE. Nesse caso deverão ser “encaminhados para as vagas disponíveis oferecidas pelas entidades sem fins lucrativos, que mantenham convênio com a Secretaria Municipal de Educação” (SÃO PAULO. Município. Decreto n.º 33.891, art. 7º).

Na Política de Educação do Município de São Paulo, são considerados como portadores de necessidades especiais, sob o aspecto educacional,

... os alunos que apresentem desvio da média considerada normal para uma faixa etária nos aspectos físicos, sensorial, mental por deficiência ou superdotação, e que necessitem de recursos educativos especiais, para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e integração no meio social. (SÃO PAULO. Município. Decreto n.º 33.891, art. 3º).

Nesse sentido, estabelece que o atendimento educacional, por meio dessas Salas, deve ser oferecido: a alunos com *distúrbios das capacidades básica de aprendizagem* e com *deficiência mental leve*, para os *surdos* e os com *deficiência auditiva*, para os que apresentem *deficiência física*, com *alterações ortopédicas e/ou neurológicas*, os *cegos* e com *deficiência visual* e para os *superdotados* ou com *altas habilidades* (SÃO PAULO. Município. Decreto n.º 33.891, art. 5º).

### **Educação para todos: recomendações brasileiras e internacionais**

No Brasil, ações em favor da integração escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais vêm se concretizando há anos e, historicamente, têm sido influenciadas pelos movimentos internacionais, direta ou indiretamente, voltados aos portadores de deficiência.

Do ponto de vista filosófico, a educação especial fundamenta-se na “Declaração Universal dos Direitos do Homem”<sup>2</sup> e na “Convenção sobre os Direitos da Criança”<sup>3</sup>, que visam a promover o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do

---

<sup>1</sup> Constituição Federal de 1988, doravante denominada CF/88.

<sup>2</sup> Também denominada Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi proclamada no dia 10 de dezembro de 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

<sup>3</sup> Realizada pela UNESCO, em 1989.

homem e, dentre estes, “a educação para todos, indistinta ou independentemente de suas origens ou condições sociais” (BRASIL. Série Diretrizes; 7, 1995: 7).

Dentre as diretrizes e recomendações internacionais, tem sido referência importante para constituição da agenda brasileira, a partir da década de 90, as emanadas da “Conferência Mundial de Educação para Todos”, realizada em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990 (UNICEF, 1991).

O documento síntese dessa conferência, intitulado “Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”, além de representar “um consenso Mundial sobre uma visão abrangente de educação básica”, contém recomendações e diretrizes gerais com vistas a impulsionar os países a assumirem o compromisso político de garantir educação para todos ou, na falta de condições para tal, universalizar o ensino fundamental, pelo menos (UNICEF, 1991).

Em decorrência das deliberações da referida reunião internacional, em junho de 1994, realizou-se em Salamanca, na Espanha, a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade”, que aprovou o documento “Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais” (BRASIL. Declaração de Salamanca, 1997).

Nesse documento são encontradas recomendações e orientações para que Organizações Governamentais (OG) e Organizações Não Governamentais (ONG) possam garantir educação para todos, considerando como princípio norteador que esta deva se dar pela escola comum.

Por outro lado, ainda que na Declaração de Salamanca (1994) seja proposto o atendimento de todos em escolas integradoras<sup>4</sup>, não se desconsidera a manutenção e/ou ampliação de recursos educacionais especiais, tal como pode ser constatado em suas orientações:

8. Nas escolas integradoras, as crianças com necessidades educativas especiais devem receber todo apoio adicional necessário para garantir uma educação eficaz. A escolarização integradora é um meio mais eficaz para fomentar a solidariedade entre as crianças com necessidades especiais e seus colegas. A escolarização de crianças em escolas especiais – ou classes

especiais na escola de caráter permanente – deveria ser uma exceção, só recomendável naqueles casos, pouco frequentes, nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança, ou quando é necessário para o bem-estar da criança ou de outras crianças. (BRASIL. Declaração de Salamanca, 1997, 23 - Grifo nosso).

Se as citadas recomendações forem, de fato, implantadas, o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns poderá resultar em sua integração escolar e social.

### **Justificativa**

É dever legal, político e moral do Poder Público garantir que os alunos que ingressam nas escolas regulares dela não sejam expulsos e tenham as condições necessárias para atingir a terminalidade dos estudos.

Nesse sentido, atender aos propósitos da integração escolar e social vai além da mera criação de recursos educacionais especiais para os alunos com necessidades educacionais especiais. Depende de investimentos na qualidade da educação, pois é no ensino regular que estes alunos deveriam passar a maior parte do tempo e é onde deveriam ter assegurado o acesso ao conhecimento e condições para atingir ao máximo suas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Ao focalizarmos os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e entre estes, particularmente, os portadores de deficiência mental, constatamos que o tratamento desigual também se legitima pela ausência de condições e oportunidades de acesso, ingresso e permanência no sistema escolar.

Uma das alternativas que podem trazer contribuições para a melhoria da qualidade do ensino e do atendimento oferecido aos alunos portadores de deficiência mental é a realização de estudos que analisem e avaliem as políticas públicas de atendimento educacional especializado.

Na rede municipal de ensino de São Paulo, as SAPNEs constituem a única alternativa de atendimento educacional especializado oferecida em escolas regulares aos

---

<sup>4</sup> *O desafio que enfrentam as escolas integradoras é o de desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar com sucesso todos os meninos e meninas, inclusive os que sofrem de deficiências graves.* (BRASIL. Declaração de Salamanca, 1994: 18).

alunos portadores de deficiência mental, com necessidades educacionais especiais<sup>5</sup>. Portanto, a investigação sobre seus efeitos no sentido de garantir o acesso e a permanência na escola regular dos alunos com deficiência mental significa analisar e avaliar resultados das ações públicas em educação especial no município de São Paulo.

### **Objetivos do estudo**

Neste estudo, os objetivos definidos foram: 1. Caracterizar as trajetórias escolares dos alunos que freqüentavam as SAPNEs no segundo semestre de 1997 até 2001; 2. Analisar essas trajetórias escolares, apreciando eventuais contribuições das SAPNEs para a integração, à classe comum, de alunos com deficiência mental.

### **Procedimentos de desenvolvimento da pesquisa**

Considerando os objetivos desta investigação, foram resgatados dados dos alunos das SAPNEs de 1997 a 2001<sup>6</sup>, por meio de entrevista com as professoras dessas Salas, que estavam atuando em 2001. Quando necessário, visando a complementação de informações, recorreu-se a diretores e coordenadores pedagógicos das escolas. Buscou-se ainda contato com as antigas professoras das SAPNEs, cujos professores de 2001 não dispunham de informações sobre os alunos de 1997, mas não se obteve sucesso.

Os dados foram registrados em planilha, contemplando a trajetória dos alunos que freqüentavam as SAPNEs em 1997 até o ano de 2001 e o desempenho escolar desses mesmos alunos.

Quanto aos dados sobre a trajetória escolar dos alunos, procurou-se identificar quantos e quais permaneceram na mesma escola, quantos e quais foram para outras escolas e se essas eram regulares ou especiais, quantos e quais estavam sem atendimento escolar, desde quando e por quais motivos, bem como qual o desempenho escolar deles no período de 1997 a 2001.

Para levantamento dessas informações foram consultados os registros das professoras das SAPNEs<sup>7</sup> e os prontuários arquivados nas escolas.

### **O universo pesquisado**

---

<sup>5</sup> Esta afirmação tem como referência o período de 1997 a 2001.

<sup>6</sup> Embora os dados de alguns alunos tenham sido coletados em 2002, os dados considerados nesta pesquisa referem-se ao período que vai do 2º semestre de 1997 ao 2º semestre de 2001.

<sup>7</sup> Na maioria das escolas não foi possível coletar os dados referentes ao histórico escolar dos alunos, quanto ao seu desempenho na classe comum, no mesmo dia em que a entrevista foi realizada. Isto implicou no envio posterior, pela professora, desse material, via correio, ou no agendamento de nova visita para a complementação do preenchimento dos dados.

Em 1997 foram visitadas 20 escolas, entrevistadas 21 professoras que atuavam em 22 Salas, pois uma professora assumia duas Salas em uma mesma escola. Desse universo, em 2001, foram resgatadas informações sobre os alunos de 15 dessas Salas, que funcionavam em 14 escolas. A diminuição no número de Salas deveu-se ao fato de que, de 1997 a 2001, quatro terem sido desativadas e, também, por não ter sido possível realizar as entrevistas com as professoras de três Salas.

Das três docentes não entrevistadas, duas declararam não ter os dados de 1997 porque as professoras daquela época não deixaram registros sobre os alunos. A outra, alegando acúmulo de atividades, se dispôs a agendar a visita para 2003, o que seria inviável frente ao cronograma da pesquisa.

Constatou-se que 11 das 17 professoras atuantes em 2001 eram as mesmas de 1997, havendo, portanto, seis novas docentes em atividade nas SAPNEs, das quais três não se conseguiu entrevistar.

#### **Abrangência das informações obtidas**

Dos 505 alunos que freqüentavam a SAPNE em 1997, obtive-se informações de 310 destes. A não obtenção da totalidade das informações previstas deveu-se aos seguintes fatores:

- Não há uma sistemática adotada pela Secretaria Municipal de Educação de acompanhamento do atendimento que se dá em SAPNE, ou mesmo uma orientação comum às escolas para registro e arquivo da documentação relativa à trajetória dos alunos atendidos, ficando a cargo das escolas ou somente da professora de SAPNE qualquer iniciativa de organização de informações;
- As escolas, por sua vez, não têm tido a prática de implantar uma sistemática especial para registro da trajetória escolar dos alunos que freqüentam SAPNE, pois seus registros escolares não incluem os eventuais atendimentos paralelos ao ensino comum; mesmo os alunos que freqüentam exclusivamente as SAPNEs não contam com documentação específica na Secretaria Escolar.

Evidencia-se, portanto, a ausência de uma fonte de consulta “oficial” sobre dados da trajetória escolar destes alunos, com o registro de sua movimentação entre sala comum e SAPNE. As informações existentes são as coletadas pela professora responsável pela SAPNE, que o faz por iniciativa própria. Daí resulta uma diversidade

---

nos dados disponíveis, que variam quanto à forma de registro, grau de detalhamento e de conteúdo.

Esta iniciativa das professoras é de grande valor, constituindo-se na única fonte disponível para um conhecimento mais acurado da trajetória dos alunos que freqüentam SAPNE. Há que se registrar que elas mantêm “preciosos cadernos” com informações não só dos alunos atuais, mas também dos atendidos em anos anteriores. No entanto, quando estas deixam a escola também se vai a história dos alunos e do trabalho realizado em SAPNE.

Assim, a inexistência de uma sistemática de acompanhamento e registro da trajetória escolar dos alunos explica a não obtenção de informações de 195 alunos. Ou seja:

- 108 alunos freqüentavam em 1997 salas que em 2001 estavam desativadas, não havendo registro, na escola, sobre sua trajetória escolar, seja no ensino comum e/ou no especial;
- 48 alunos freqüentavam em 1997 salas em que houve mudança das professoras; assim as professoras responsáveis pelas salas em 2001 não dispunham de dados sobre os antigos alunos, pois estes se foram com a saída das antigas professoras;
- Uma das salas, que em 1997 tinha 31 alunos, estava em 2001 sob responsabilidade de uma professora nova, que informou não disponibilidade para prestar informações, alegando acúmulo de trabalho; no entanto, tal como ocorreu com as professoras mencionadas no item anterior, supõe-se que esta possivelmente encontrasse dificuldade em fornecer as informações necessárias, pois não era a responsável pela sala em 1997;
- A não obtenção de informações sobre 8 alunos possivelmente decorre da diferença entre o número de alunos declarado pelas professoras, em atendimento em SAPNE, em 1997<sup>8</sup> e o registro da professora, consultado em 2001/2002, sobre os alunos de 1997.

Como se pode observar, caso houvesse maior mobilidade de professores em SAPNEs provavelmente não teria sido possível a realização da presente. Além das indicações já apresentadas que sustentam esta suposição, registra-se também que foram mais completas e precisas as informações obtidas sobre os alunos quando não houve mudança do professor responsável pela Sala.

---

<sup>8</sup>SOUSA, S. M. Z. L. e PRIETO, R. G. *Política de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais da rede municipal de ensino de São Paulo, implementada a partir de 1993: análise das ações direcionadas ao portador de deficiência mental*. São Paulo/FEUSP, Relatório de Pesquisa, 2000.



### **Características dos alunos**

Na presente investigação foram resgatados os dados de 310 alunos assim como sua trajetória escolar até o ano de 2001. A análise desses dados apontou que no ano de 1997, 204 desse total de alunos eram meninos (65,8%) e 106 meninas (34,19%). No ano de 2001, 68 continuavam na SAPNE, sendo 44 meninos (64%) e 24, meninas (35,2%), reproduzindo, portanto, o quadro encontrado em 1997, cuja maioria era masculina.

Esta evidência reitera a suposição de que o motivo de encaminhamento dos alunos para a SAPNE pode estar sendo baseado em outros critérios que não a deficiência mental, já que o pressuposto de que os meninos apresentem, em maior número, tal deficiência é descartado. O dado, portanto, torna a sugerir que os meninos, mais que as meninas, por apresentarem comportamentos tidos como não adequados aos padrões escolares, venham a ser, com maior frequência, encaminhados a SAPNE, sem que apresentem algum tipo de deficiência mental.

Quanto à apreciação do perfil dos alunos atendidos pela SAPNE, além de sua distribuição quando considerado o sexo dos mesmos a variável raça também foi incluída nesta pesquisa.

Como resultado da coleta e análise dos dados, constatou-se que 176 (56,77%) do total de 310 alunos atendidos pela SAPNE em 1997 eram brancos, 53 alunos (17,09%) eram pretos<sup>9</sup> e 44 (14,19%), pardos.

A informação da raça dos alunos foi fornecida pelas professoras e nem sempre era precisa, pois quando o aluno não mais estava vinculado a SAPNE elas tinham que resgatar na memória esta informação, pois não constava das anotações registradas em seus cadernos. Nos casos em que as professoras entrevistadas em 2001 não eram as mesmas de 1997, o levantamento deste dado se tornou inviável caso o aluno tivesse desligado da SAPNE, por motivos variados, antes que a professora a assumisse. Devido a esta justificativa, não foi apurada a raça de 35 alunos, o que corresponde a 11,29% do total.

Ainda em relação às características dos alunos, pode-se verificar que apesar de a SAPNE estar atendendo, àquela época, alunos matriculados em diferentes níveis de ensino, inclusive na Educação de Jovens e Adultos (EJA), havia concentração de alunos com idade compatível ao alunado atendido no ensino fundamental.

Assim sendo, 24 desses alunos possuíam entre 4 e 6 anos (7,7%), idades correspondentes ao nível Pré-Escolar; 29 deles tinham 15 anos ou mais (9,35%), sendo,

provavelmente, alunos matriculados em curso supletivo. Os alunos cuja idade eram correspondentes ao ensino fundamental totalizaram 257, ou seja, 82,9% do total, evidenciando, de modo dominante, uma tendência de serem atendidos em SAPNE os alunos matriculados neste nível de ensino.

Uma outra consideração pode ser colocada em destaque quando se nota que dentre esses 257 alunos, 150 deles tinham entre 7 e 10 anos, representando 66,7% do total. Este número permite inferir que a maior parte dos alunos atendidos pela SAPNE, no ano de 1997, se concentrava no primeiro ciclo do ensino fundamental.

### **A trajetória escolar dos alunos**

São aqui retomadas as indagações que orientaram o levantamento dos dados, cujas respostas obtidas permitem, em seu conjunto, compreender a trajetória de alunos que freqüentavam a SAPNE em 1997. Os dados apresentados referem-se aos 310 alunos dos quais se obteve informações, embora nem sempre completas, pois muitas vezes as professoras alegaram desconhecimento de um ou mais aspectos a eles relacionados.

#### *Os alunos continuavam no ensino regular?*

Esta informação foi obtida para 195 alunos, pois as professoras desconheciam o destino de 115 dos 310 alunos após a saída da SAPNE. No decorrer do período 1997/2001, seguiram sua trajetória escolar freqüentando classe comum 145 dos 195 alunos (74%). Destes, 47 (32%) contavam em 2001 com algum apoio educacional paralelo à classe comum: 43 com SAPNE e 4 com Sala de Apoio (SAP)<sup>10</sup>.

Em 2001, a situação escolar dos 50 alunos que não mais estavam freqüentando classe comum de ensino era a seguinte: 19 alunos estavam freqüentando classe especial, em escolas da rede estadual; 9 estavam em escola especial; 5 estavam realizando curso profissionalizante; 5 estavam sendo atendidos por instituições assistenciais; 12 estavam fora da escola, sendo que destes: cinco<sup>11</sup> freqüentavam exclusivamente a SAPNE, embora não estivessem matriculados na escola; sete abandonaram a escola e estavam sem qualquer tipo de atendimento, sendo que um destes alunos havia iniciado atividade profissional em 2001.

---

<sup>9</sup> Categoria assim denominada no formulário do Censo Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

<sup>10</sup> As Salas de Apoio Pedagógico da rede municipal de ensino de São Paulo são destinadas ao atendimento de alunos que apresentem distúrbios de aprendizagem ou dificuldades de aprendizagem ou, ainda, distúrbios das capacidades básicas de aprendizagem (PRIETO, 2000, p. 206). Portanto, não deveriam, em tese, atender a alunos com deficiência, que são elegíveis para as SAPNEs.

<sup>11</sup> Uma destas alunas faleceu em 2000 e na ocasião já não estava matriculada na classe comum, só freqüentava a SAPNE.

Estas trajetórias nos alertam para o fato de que 26% dos alunos dos quais obtivemos informações não permaneceram no atendimento escolar integrado.

*Que motivos levaram ao desligamento de alunos da SAPNE?*

Quando se indagou às professoras sobre os motivos de saída do aluno da SAPNE, o que se esperava constatar, caso as SAPNEs estivessem cumprindo seu papel de apoio à frequência do aluno à classe comum, era o seu desligamento quando já não demandassem atendimento paralelo para que apresentassem um bom desempenho escolar. No entanto, além dessa, outras razões foram indicadas pelas professoras, ao comentarem que alguns alunos não estavam mais frequentando as SAPNEs, embora, em sua opinião, demandassem a continuidade desse atendimento.

Ao todo, obtive-se 273 manifestações das professoras sobre motivos de saída do aluno da SAPNE, sendo que algumas alegaram mais de um motivo de saída. Apenas 34 destas manifestações (12%) referiram-se a alunos que deixaram a SAPNE por apresentarem condições de acompanhar a classe comum, sem apoio paralelo, afirmando que estes estavam conseguindo “um bom desempenho escolar” ou que já haviam superado a dificuldade que apresentavam. O maior número de menções (34%) recaiu em razões que se denominou administrativas ou legais, a seguir indicadas: quando passam para a 5ª série os alunos são dispensados de SAPNE em decorrência do “excesso de demanda” ou por ser uma norma da escola; com uma só Sala em funcionamento, não é possível atender a todos os alunos de fora da escola que procuram a SAPNE, mesmo sendo alunos da rede municipal; o número reduzido de vagas disponíveis leva a necessidade de seleção dos alunos “mais comprometidos”; a lei restringe o atendimento a alunos de escolas municipais, assim foram dispensados os alunos não matriculados em escolas municipais ou os “sem escola”; o aluno com “idade avançada” não é atendido em SAPNE; o horário de atendimento em SAPNE era coincidente com o horário da classe comum; transferência do aluno para outra escola, não sendo possível dar continuidade ao atendimento, mesmo no caso de transferência para escola da rede municipal; dificuldade de transporte, sendo “distante a casa do aluno da escola”; aluno “convidado” a sair da escola, deixando assim de frequentar a SAPNE; a SAPNE deixou de funcionar porque a professora responsável saiu da escola.

Estas informações são evidências da precariedade da implantação desse atendimento, seja em relação ao seu dimensionamento frente à demanda, seja em relação à fragilidade de seus mecanismos de sustentação, o que pode ser exemplificado

quando não se têm alternativas para substituição de uma professora que se afasta, ou mesmo pela não existência de um serviço de apoio ao transporte dos alunos.

Também foram feitas várias referências aos alunos ou às suas mães, atribuindo-lhes, por necessidade ou por decisão, responsabilidade pela não continuidade do atendimento em SAPNE. As setenta e seis manifestações referentes aos alunos expressaram, quase em sua totalidade, que estes “abandonaram”, “desistiram”, “saíram”, “desapareceram” da SAPNE, como uma constatação, sem indicação do motivo, e quando há explicitação o motivo mencionado é a mudança de residência (de bairro, de cidade, de estado).

Quanto às mães, as falas das professoras revelam, de modo dominante, três tipos de motivações que as levaram a “desistir” do atendimento em SAPNE:

- não aceitação da deficiência do(a) filho(a), com depoimentos do tipo “mãe impediu-a de continuar com o atendimento porque nega a deficiência da filha”; “mãe não o queria na SAPNE pois não aceita a deficiência”, “mãe considerou desnecessário o atendimento porque o aluno já estava alfabetizado”;
- descrença quanto à possibilidade de contribuição da SAPNE para o desenvolvimento da criança, com referências do tipo “a mãe avisou que ela não iria mais à SAPNE porque não ia mesmo aprender”; “a mãe optou pela sala especial do Estado”; “mãe não acreditou no trabalho da SAPNE”;
- não possibilidade de trazer o(a) filho(a) para atendimento, afirmando que a “mãe desistiu do atendimento porque não tinha tempo para trazer a filha à escola” ou “a mãe teve bebê”. Dentre as dezessete referências feitas às mães, algumas consistiram apenas em uma afirmação de que “mãe desistiu do atendimento”.

O que se evidencia nos depoimentos que fizeram menção aos alunos ou às suas mães é que parte deles não elucida as motivações das decisões tomadas, no entanto, alguns nos alertam para a necessidade do estabelecimento de relações mais próximas entre a escola e as famílias dos alunos, particularmente ações de formação direcionadas às mães.

Além dos motivos já mencionados, com menor frequência, os professores atribuíram a saída do aluno da SAPNE freqüentada em 1997 a: transferência de escola, passando a freqüentar outra SAPNE; encaminhamento para atendimento especial em escola estadual, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) ou oficina e ainda houve indicações da não adequação da SAPNE às necessidades apresentadas pelo aluno, com manifestações do tipo: “o aluno tinha muitas dificuldades e o ensino da

SAPNE não fazia sentido”, “não tinha condições de freqüentar a SAPNE”, “o aluno não parava, mordida”.

Estas últimas afirmações levam a indagar sobre a necessidade de oferta de outros recursos especiais de educação no âmbito da rede municipal de ensino, visando a atender alunos que eventualmente demandem para seu desenvolvimento outras modalidades de auxílios ou serviços, ou até mesmo, o funcionamento da SAPNE como atendimento exclusivo, o que é previsto na regulamentação vigente na rede municipal, mas não implantado nas escolas.

*Que motivos levaram os alunos às SAPNES?*

Quando se perguntou às professoras sobre os motivos de seus alunos terem sido encaminhados para a SAPNE, não se obteve esclarecimento para 123 dos 310 alunos, ou seja, para 40% dos alunos não foi indicada pela professora a(s) causa(s) de seu encaminhamento a SAPNE. Este fato merece registro, até mesmo porque, na regulamentação vigente, é previsto que o aluno para ser encaminhado de alunos para a SAPNE seja precedido de diagnóstico médico ou psicológico, no caso de suspeita de deficiência mental (SÃO PAULO. Decreto nº 33.981). Esta constatação reitera evidência já apontada na pesquisa realizada em 1997, quando se indicou que:

Embora todas as professoras demonstrassem conhecer a necessidade de uma avaliação dos alunos, feita por profissional habilitado para o diagnóstico da deficiência mental, em complementação ao diagnóstico educacional, feito pela professora da classe em que o aluno estava matriculado, foram unânimes em reconhecer que este procedimento dificilmente era seguido, pela excessiva demora em se obter a avaliação, realizada por instituições conveniadas com a Prefeitura Municipal. (SOUSA e PRIETO, 2000).

As professoras que informaram as razões que levaram os alunos a ser encaminhados as SAPNEs expressaram-se com diferentes graus de precisão, bem como, algumas delas, indicaram mais de uma causa, não destacando a causa principal.

Ao que parece, a decisão de encaminhamento do aluno para a SAPNE tem sido uma decisão da escola, usualmente envolvendo a professora da classe comum e a da SAPNE, sem que disponham, necessariamente, de subsídios de laudos psicológico ou médico que apóiem tal encaminhamento.

*Como vinha sendo o desempenho escolar dos alunos das SAPNEs?*

Para apreciação do desempenho escolar dos alunos que estavam matriculados nas classes comuns de ensino, tomou-se como indicadores os conceitos finais por eles obtidos nas áreas de ensino Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências, Educação Artística e Educação Física, nos anos letivos de 1998 a 2001, e sua freqüência, nestes respectivos anos. Registraram-se também as ocorrências de reprovação escolar, discriminando a série e o número de vezes em que ocorreram.

Não se obteve estas informações para a totalidade dos alunos. Além daqueles que não freqüentavam classe comum, para os quais já se sabia não se teria tal informação, também não foi possível obtê-la para os alunos matriculados em escola onde não estava situada a SAPNE. Chamou a atenção o fato da professora da SAPNE não ter um acompanhamento de como o desempenho desses alunos está sendo avaliado na classe comum, sendo que uma das referências poderia ser os conceitos a eles atribuídos. Ainda, para alguns alunos da própria escola onde se situava a SAPNE não foi possível obter os conceitos ou a freqüência, no todo ou em parte.

Com os dados disponíveis - total ou parcialmente -, referentes a 115 alunos, é possível afirmar que a maioria destes têm obtido conceitos satisfatórios ou plenamente satisfatórios em Educação Artística e Educação Física. Ao que parece, ou os alunos tendem a apresentar habilidades nesses campos ou os professores, ou mesmo a escola, têm como princípio não “reprovar” os alunos nessas atividades, constatação já tradicionalmente feita em estudos que analisam como se dá a avaliação de aprendizagem de alunos no ensino fundamental.

Nas outras disciplinas, a tendência é a atribuição, aos alunos, do conceito “não satisfatório” no decorrer dos anos escolares, no entanto, não há uma relação entre o predomínio destes com a decisão de prosseguimento ou não dos estudos nas séries subseqüentes. Os alunos cujos conceitos indicam uma alteração positiva de não satisfatório para satisfatório usualmente são aqueles que permanecem na escola e deixam de freqüentar as SAPNEs.

Quanto à repetência, também não foi possível obter dados para identificar sua ocorrência ou não para a totalidade dos alunos matriculados em sala comum. Obteve-se esta informação para apenas 148 alunos e verificou-se que as professoras declararam que 34 deles não foram reprovados durante a sua trajetória escolar. Para os demais 114 alunos havia registro de repetência. Mesmo se considerando que os outros 162 alunos

não eram repetentes, hipótese que super estima a possibilidade, até mesmo porque alguns alunos sequer freqüentavam as classes comuns, teríamos 37% de alunos repetentes.

Dos 114 alunos, 93 tinham uma repetência (30%) e 21 (7%) duas repetências, quase todas ocorridas nas 3ª e 4ª séries (93,4%). Dentre estes, 74 eram meninos (66,6%) e 36 eram meninas (31,5%).

Quanto à freqüência às aulas, a maior parte dos alunos tem registro de um percentual acima de 90% de presença, embora, como já mencionado, com conceitos não satisfatórios.

### **Considerações finais**

A pesquisa realizada possibilitou a identificação de características que têm estado presentes nas SAPNEs que podem subsidiar ações no sentido de garantir a permanência de alunos que apresentam deficiência mental em uma escola que seja pública, democrática e de qualidade.

O propósito que direcionou a pesquisa foi o de analisar a SAPNE enquanto estratégia de política educacional, portanto o foco privilegiado foi o registro de evidências relativas a princípios que norteiam tal opção de atendimento e a estrutura e procedimentos de sua implantação na Rede.

Retoma-se aqui algumas constatações desta investigação, com vistas a apreender o que estas revelam enquanto potencial da SAPNE de contribuir no processo de escolarização de alunos com deficiência mental, de modo integrado ao ensino comum.

Destaca-se, inicialmente, que só foi possível registrar a trajetória escolar de parte dos alunos que se encontravam em SAPNE no ano de 1997, por se contar com a presteza das professoras dessas Salas. Para os casos em que a professora deixou a SAPNE nos anos subseqüentes, por diferentes razões, para a quase totalidade dos casos também se foi a história dos alunos bem como outros registros do trabalho por ela realizado.

Isso evidencia não haver uma sistemática de acompanhamento do atendimento que se dá em SAPNE, ou mesmo uma orientação comum às escolas para registro e arquivo da documentação relativa à trajetória dos alunos atendidos, ficando a cargo das escolas ou somente da professora dessa Sala qualquer iniciativa de organização de informações e fluxo escolar dos que a freqüentam ou de seus egressos. Isso resultou em

uma diversidade de dados disponíveis, que variam não só na forma de registro, mas também no seu conteúdo.

Quando se observa o motivo de encaminhamento daqueles alunos de 1997 à SAPNE, pôde-se constatar que muitas das professoras não tinham essa informação registrada. Assim, suas declarações baseavam-se mais em suposições do que em documentação. Para elucidar este fato, registra-se que apesar de 107 alunos terem sido classificados como deficientes mentais, segundo afirmações das professoras, apenas 67 destes possuem um laudo psicológico e 4 um laudo médico.

No que se refere à trajetória escolar, 26% dos alunos, sobre os quais foram obtidas informações, não permaneceram no ensino regular, ou seja, por um motivo ou por outro, foi interrompida sua escolarização. Alguns desses alunos foram encaminhados para outros tipos de serviços especializados, o que pode indicar a necessidade de oferta de recursos especiais de educação no âmbito da rede municipal de ensino, para além do atendimento em salas de recursos. Outros alunos, porém, sequer estão tendo algum tipo de atendimento educacional, o que sugere uma certa negligência do poder público perante a sua responsabilidade em garantir aos mesmos o direito à educação.

Nota-se, portanto, que a SAPNE nem sempre tem sido um recurso suficiente para viabilizar o atendimento integrado de parcela de alunos com deficiência mental na classe comum.

Nas informações a respeito do motivo de saída dos alunos da SAPNE, no decorrer do período 1997/2001, o desejável era que isto ocorresse quando o aluno tivesse adquirido autonomia suficiente para dar continuidade aos estudos na classe comum, sem a necessidade de atendimento paralelo. Entretanto, segundo indicam as professoras, apenas 12% saíram da SAPNE “por bom desempenho”. Em contrapartida, a maior parte das justificativas para o desligamento dos alunos recaiu sobre razões administrativas ou legais e não educacionais. Ainda, em parte das justificativas, as professoras apontam as mães como responsáveis pela interrupção do atendimento de seus filhos na SAPNE.

Quanto ao desempenho escolar, os dados obtidos permitem afirmar a predominância de atribuição do conceito “não satisfatório” aos alunos de SAPNE, pelos professores do ensino comum, à exceção das disciplinas de Educação Artística e Física. Esta constatação é indicativa de que apesar de estarem dando continuidade à sua trajetória escolar, muitas vezes os alunos acumulam conceitos “não satisfatório”, o que



sugere que seu aprendizado não tem efetivamente acontecido, ao menos dentro dos padrões estabelecidos pela escola.

Se, por um lado, reconhece-se o valor do princípio da integração, enquanto orientador da oferta de recursos educacionais, como condição mesma de garantia do direito à educação, por outro, entende-se que a educação especial não pode se dar sem o devido planejamento e condições técnicas e materiais, pois, quando isso ocorre, muitos alunos ficam, em realidade, sem atendimento educacional.

Pretende-se que os resultados desta investigação venham a colaborar para o polêmico debate sobre inclusão/exclusão escolar de alunos que apresentam deficiência mental e para o delineamento da política educacional do município de São Paulo e de outros municípios e/ou demais esferas públicas.

### **Bibliografia**

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Diário Oficial da União, 05 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. *Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. *O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro*. Brasília: MEC/SEESP, 1995. (Série Diretrizes; 7).

PRIETO, Rosângela Gavioli. *Política educacional do município de São Paulo: estudo sobre o atendimento de alunos com necessidades educativas especiais, no período de 1986 a 1996*, 2000. (Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo).

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Educação. *Decreto n° 33.981*. Diário Oficial do município de São Paulo, 16 de dezembro de 1993.

SOUZA, Sandra Maria Zákia Lian de e PRIETO, Rosângela Gavioli. *Política de atendimento aos alunos das SAPNEs direcionadas ao portador de deficiência mental*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: Relatório de pesquisa, 2000.

\_\_\_\_\_. Atendimento educacional aos portadores de deficiência mental na rede municipal de São Paulo: caracterização e análise das SAPNEs. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília/SP: UNESP Publicações, 2001. v. 7, n.º 1. p. 101-14.

UNICEF. *Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. (Tradução: Maria de Lourdes Menezes e outros). Brasília: CORDE, 1991.